

O mínimo dos mínimos

Uma vitória minúscula



Agência BR

No final de junho, o governo Lula conseguiu derrotar projeto de lei enviado pelo Senado que estabelecia o mínimo de R\$ 275. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, ligou para o presidente em Nova Iorque, onde ele esta-

tava com comitiva em busca de investimentos, para dar a notícia da vitória. Foi uma *melhor de três* explicou Aldo à imprensa: 1) o governo tinha ganho na Câmara, três semanas antes, quando derrotou por 266 votos contra 167 o substitutivo do deputado Rodrigo Maia, do PFL, que aumentava o mínimo, dos R\$ 260 propostos em Medida Provisória pelo presidente, para os R\$ 275; 2) dias depois, perdeu no Senado, onde prevaleceram – por 41 votos contra 34 – os R\$ 275, também propostos em substitutivo pelo PFL; 3) e, finalmente, o governo ganhou de novo na Câmara, derrotando a proposta vinda do Senado por 272 votos contra 172. Os dois resultados na Câmara tornam a decisão definitiva e estabelecem o mínimo de R\$ 260 propostos na MP inicialmente.

A derrota do mínimo de R\$ 275 representou um alívio para o presidente. Segundo assessores, ele vetaria o projeto de lei com esse valor, caso a Câmara repetisse a decisão do Senado. O argumento oficial é de que o mínimo maior é uma demagogia do PFL, que passou, como disse um dos líderes do governo na Câmara, “504 anos no poder” sem essas preocupações e agora queria apenas criar embaraços para o PT. Não é só isso, é claro. A própria base do governo estava dividida quanto ao aumento do mínimo – em todos os partidos governistas havia grupos expressivos interessados em um mínimo maior e os números do aumento iam de R\$ 270 a R\$ 300. Os R\$ 260 escolhidos, praticamente o menor de todos os números analisados pela base do governo, foram impostos pelo presidente a partir das avaliações do ministro da Fazenda Antônio Palocci e como reafirmação da política econômica que vem sendo seguida. Com isso, os dois reajustes reais do salário mínimo concedidos pelo presidente Lula – os menores, desde o 0,71% de 1999 – somam 2,4%. Para chegar aos 100% de reajuste real prometidos na campanha eleitoral, serão necessários aumentos de 39,8% acima da inflação nos próximos dois anos de mandato. O governo anunciou como compensação um aumento mais expressivo do salário-família - que beneficiará famílias com renda até R\$ 586 e filhos de até 14 anos. Para famílias que ganham até 1,5 salário mínimo, o salário-família subirá de R\$ 13,48 para R\$ 20 por filho; antes, esse aumento só valeria para a renda de um salá-

rio mínimo e estaria limitado a três filhos. Para as demais famílias, o valor subirá para R\$ 14,09. O argumento a favor dessa compensação é o de que o mínimo não atinge os mais pobres, que estão no mercado informal. Isso não é verdade, disse a pesquisadora Lena Lavinias: o salário mínimo, além de ser a referência do mercado de trabalho formal, tem enorme peso nos salários pagos no mercado informal.

A opção pelo mínimo dos mínimos desagradou muita gente. No Senado, a votação que derrotou o governo teve um expressivo apoio no PT, por exemplo, com os votos de três dos treze senadores do partido, Paulo Paim (RS), Serys Shlessarenko (MT) e Flávio Arns (PR). Na Câmara, na segunda votação, cresceu uma oposição ao governo pela esquerda. No PT, apenas cinco deputados tinham votado – contra a orientação do partido – pelo mínimo de R\$ 275, na primeira votação; na segunda, foram nove deputados. No PPS, de quatro votos pelos R\$ 275 se passou para dez votos; e no PSB e no PCdoB, a oposição passou de um para dois deputados. Além disso, o líder do PCdoB, ao votar contra os R\$ 275, fez uma declaração de voto redigida pela direção do partido na qual pede mudanças na política econômica conservadora, da qual o mínimo de R\$ 260 é uma expressão. (No PDT, os votos pelos R\$ 275 caíram de dez para quatro. Mas o resultado é excepcional e deve ser desconsiderado, em função da morte de Leonel Brizola: quase metade da bancada do partido viajou para acompanhar as cerimônias fúnebres no Rio no mesmo dia da votação).

A proposta que nunca existiu O governo compensou o crescimento da oposição de esquerda em sua base com um aumento da fidelidade nos partidos de centro, PMDB e PL: 32 deputados do PMDB tinham votado pelos R\$ 275 na primeira votação e, depois, apenas 23 votaram com o PFL. No PL, onde apenas 28 deputados tinham sido contra os R\$ 275 na primeira votação, na segunda foram 40. O crescimento da oposição de esquerda à decisão de aumentar o mínimo por um valor mínimo tem como motivo também o fato de que na última votação na Câmara caiu por terra o argumento de que não se podia votar no substitutivo do PFL porque nele estava embutida a proposta de se retirar R\$ 1,7 bilhão da verba para a reforma agrária. Essa proposta nunca existiu, como se pode ver em artigo nesta edição à página 9. E a notícia de sua existência é apenas um exemplo dos descaminhos nos quais o governo e alguns de seus apoiadores caíram, para obter essa vitória minúscula, que significa reafirmar uma política econômica conservadora que há muito tempo deveria ter sido aposentada. ■